

Vitória (ES), segunda-feira, 12 de Janeiro de 2026.

podendo o contrato ser rescindido antecipadamente com a conclusão da implantação e estabilização do novo sistema.

**Valor Global:** R\$ 534.937,78

**Recurso orçamentário:** Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão do orçamento da Fundação iNOVA Capixaba - Matriz e filiais, para o exercício de 2026.

Vila Velha/ES, 08 de janeiro de 2026.

**Jorge Teixeira e Silva Neto**

**Diretor Gente, Gestão, Finanças e Compras**

**Fundação iNOVA Capixaba**

Competência delegada por meio da Portaria nº

02-R, de 30 de janeiro de 2025

**Protocolo 1704336**

**Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos -  
SEGER -**

**GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E  
RECURSOS HUMANOS (SEGER)  
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO  
(SEDU)**

**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE  
VAGAS NOS CARGOS DE  
AGENTE DE SUPORTE EDUCACIONAL,  
PROFESSOR P (PEDAGOGO) E PROFESSOR B**

**EDITAL SEGER/SEDU Nº 33/2026**

A SECRETARIA DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS (SEGER) e a SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEDU), tendo em vista os Editais SEGER/SEDU nº 01/2024 e nº 02/2024, de 11 de dezembro de 2024, publicados no Diário Oficial dos Poderes do Estado, edição de 13 de dezembro de 2024, e suas respectivas retificações, em cumprimento à decisão concedida nos autos do Agravo de Instrumento nº 5051278-10.2025.8.08.0024, **RESOLVEM** inserir na lista dos aprovados do Edital SEGER/SEDU nº 17/2025, o candidato WEVERSON CAVALCANTE CARDOSO (Sub Judice), inscrição nº 0001005e, para ocupar a 9ª posição da lista dos candidatos autodeclarados negros para o cargo B02 - PROFESSOR B - BIOLOGIA/CIÊNCIAS.

**Vitória/ES, 09 de janeiro de 2026.**

**MARCELO CALMON DIAS**

**Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos**

**VITOR AMORIM DE ANGELO**

**Secretário de Estado da Educação**

**Protocolo 1704579**

**PORTARIA Nº 012-S, DE 09 DE JANEIRO DE 2026.**

**O SECRETÁRIO DE ESTADO DE GESTÃO E RECURSOS HUMANOS**, no uso da delegação de competência atribuída pelo Art. 29, do Decreto nº 5170-R, publicado em 08 de julho de 2022, e tendo em vista o que consta do Processo e-Docs nº **2024-PM0L9**,

**RESOLVE:**

**CESSAR**, a partir de 07 de janeiro de 2026, os efeitos do art.1º da Portaria n.º 972-S, publicada em 20 de dezembro de 2024, na parte referente ao servidor **RAFAEL QUEIROZ DE MORAES**, nº funcional 4990501, vínculo 2.

**MARCELO CALMON DIAS**

Secretário de Estado de Gestão e Recursos Humanos

**Protocolo 1704900**

**ORDEM DE SERVIÇO N.º 009, DE 09 DE JANEIRO DE 2026.**

**A SUBSECRETÁRIA DE ESTADO DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS**, no uso da delegação de competência atribuída pelo Art. 1º, inciso I da Portaria nº 53-R, publicada em 06 de agosto de 2024 e, tendo vista o que consta do processo n.º **2025-NST1X**,

**RESOLVE:**

**EXONERAR** de acordo com o artigo 61, alínea "b", da Lei Complementar nº 46, de 31 de janeiro de 1994, **RAFAEL QUEIROZ DE MORAES**, n.º funcional 4990501, vínculo 2, ocupante do cargo de Policial Penal, do Quadro de Servidores da Polícia Penal do Espírito Santo - PPES, a partir de 07 de janeiro de 2026.

**HEYDE DOS SANTOS LEMOS**

Subsecretária de Estado de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

**Protocolo 1705002**

**RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO Nº 01/2016**

**Processo: 2025-68SDL**

**Concedente:** EES - Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos - SEGER

**Concessionário:** Grêmio Recreativo e Escola De Samba Pega No Samba - GRESPS

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O presente instrumento prorroga a vigência do Contrato de Concessão de Uso nº 01/2016 por 25 (vinte e cinco) anos, a partir do dia 11/01/2026.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORO**

Fica eleito o foro do Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir dúvidas decorrentes do presente instrumento, que não puderem ser resolvidas administrativamente.

Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.